## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°, de 2022

Acresce dispositivo à Lei complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre delegação de poder de polícia ambiental municipal aos consórcios públicos de personalidade jurídica de direito público, integrantes da administração indireta municipal.

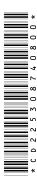
## O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1° Esta lei acresce dispositivo à Lei complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre delegação de poder de polícia ambiental municipal aos consórcios públicos de personalidades jurídica de direito público, integrantes da administração indireta municipal.
- Art. 2° A Lei complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

и

- Art. 16-A. É admitida a delegação de poder de polícia ambiental municipal aos consórcios públicos de personalidade jurídica de direito público a que se refere o inciso I do art. 6° da Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005.
- § 1° A delegação a que se refere o caput advirá de autorização legislativa das respectivas Câmaras Municipais.
- § 2° O exercício do poder de polícia ambiental municipal pelos consórcios públicos é adstrito à delegação legislativa individual de cada município.
- § 3° Os consórcios públicos aos quais se destinam a delegação a que se refere o caput devem:
- I exercer, previamente à delegação de poder de polícia ambiental,
  licenciamento ambiental do município; e





II – dispor, em protocolo de intenções, a finalidade a que se refere o inciso I do art. 4° da Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005 de execução, controle e fiscalização de atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar seja atribuída ao município.

§ 4° Os municípios consorciados, acompanhando o instrumento que materializa a delegação legislativa a que se refere o § 2° deste artigo, poderão autorizar o compartilhamento de recursos humanos da administração pública municipal destinados à atuação nas atividades de poder de polícia ambiental.

§ 5° Os municípios consorciados, acompanhando o instrumento que materializa a delegação legislativa a que se refere o § 2° deste artigo, poderão consignar dotação orçamentária aos consórcios públicos destinadas ao cumprimento das atividades de poder polícia ambiental municipal, dispensando-se o disposto no art. 8° da Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 6° Considerar-se-á a delegação do poder de polícia ambiental municipal ao consórcio público como ratificação legislativa do protocolo de intenções do consórcio quanto à fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos de competência ambiental municipal.

Art. 3° Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A constituição de 1988 representa paradigma para o Estado de Direito Brasileiro. Dentre seus diversos dispositivos que inauguraram novos deveres e direitos, guarda especial relevância seu art. 225, que trata do meio ambiente, reverberando-se de forma generalizada no processo de exercício de atividade econômica, principalmente aquelas que compreendem empreendimento potencialmente causador de degradação de meio ambiente<sup>1</sup>.



Repartindo-se o Estado em federações, optou o legislador constituinte, em virtude da dimensão da matéria e do reconhecimento de sua relevância temática, por posicionar à competência comum de União, Estados e Municípios a proteção do meio ambiente e combate à poluição em quaisquer formas e preservação de florestas, fauna e flora. Ainda, reafirmando-se a repartição federativa ambiental, ao teor do art. 24 da Lei Maior, dispôs-se que a competência legislativa afeta à matéria ambiental, de conservação da natureza, defesa do solo e recursos naturais é de âmbito concorrente<sup>2</sup>.

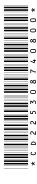
Ou seja, cabe à União estabelecer, apenas, normas gerais, privilegiando-se a regionalidade. A fim de finalizar a repartição federativa, entende a doutrina e a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que não pode Lei Estadual ou Federal dispor ou esvaziar a competência municipal quanto ao licenciamento<sup>3</sup>, já que cuidou o legislador constituinte de dispor que compete aos Municípios a elaboração de legislação sobre assuntos de **interesse local**, incluídos, neste rol, matérias afetas ao meio ambiente<sup>4</sup>.

Incontroverso, assim, que o constituinte distribuiu, aos entes da federação, competências legislativas de ordem processual e material no que se refere temas ambientais. Cabe à União, assim, o protagonismo para edição de normas gerais, resguardando-se a possibilidade de entes suplementarem sua legislação federal, considerada a situação regional específica. Sendo assim, cabe, aos Estadosmembros e Municípios, observadas as normas gerais, o estabelecimento de normas relativas à consecução da política nacional de meio ambiente e inauguração de novas disposições que englobam o interesse local municipal<sup>5</sup>.

Ocorre que certos Municípios, em virtude de sua organização administrativa e orçamentária, não possuem <u>expertise</u> e <u>recursos humanos</u> necessários à consecução de <u>atividades administrativas ambientais municipais</u>, na forma do

<sup>5</sup> Entende-se que Estados e Municípios podem adicionar exigências, não podendo, assim, exigir menos. MACHADO, Paulo Affonso de Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2020, p. 350. Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni





<sup>2</sup> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (...)

<sup>3</sup> Este entendimento guarda fonte no princípio da predominância de interesse. Viola, por exemplo, a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local resolução de conselho estadual de meio ambiente que pretenda impor aos processos de licenciamento ambiental municipal "critérios, parâmetros e custos operacionais de concessão de licença/autorização e de análise de estudos ambientais".

<sup>4 &</sup>quot;Art. 30. Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local. (...)"

art. 9° da Lei complementar n° 140/2011. Dessa forma, solução conciliadora disposta pelo legislador de outrora guarda fonte na possibilidade de se estabeleceram consórcios públicos com finalidade delimitada para **exercício de competências municipais**, dentre estas, a ambiental<sup>6</sup>.

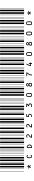
São os consórcios públicos, assim, corolários da eficiência administrativa, já que culminam deveres positivos de entes municipais em única repartição pública dotada de expertise ao fim que se destina, seja saúde, meio ambiente, dentre outras competências municipais. Em que pese a "lei orgânica" dos consórcios seja aberta e confira ampla discricionariedade à sua formação, a atuação destes em matéria ambiental enfrenta barreira evitável. Explico.

Os consórcios públicos municipais, na forma disposta no protocolo de intenções, obtém o exercício de atividades administrativas dos entes. Assim, consórcios destinados à implementação de políticas públicas de meio ambiente efetuam, dentre outras incumbências, procedimentos de licenciamento ambiental, em substituição às secretarias municipais. Subsidiam, ainda, o processo de acompanhamento e fiscalização (poder de polícia) da licença ora concedida, a partir de apoio técnico.

Contudo, <u>não participam, efetivamente, do exercício do poder de polícia,</u> já que este é <u>exclusivo da repartição ambiental municipal</u>, em virtude de Lei. Como se explicitou, é raro que municípios detenham aparato institucional próprio para efetivação de processos ambientais e fiscalização ambiental. Portanto, causase vácuo fiscalizatório que pode ser superado a partir da consolidação deste projeto que se apresenta. Veja-se:

- A partir do projeto, autoriza-se a delegação do poder de polícia por Municípios aos consórcios públicos que exercem competências municipais atinentes a meio ambiente;
- Tal autorização é necessária, já que não se observa, na Lei n° 11.107/2005, possibilidade de consórcios públicos exercerem o poder de polícia administrativa ambiental municipal;





3. Faz-se, portanto, pontapé inicial com vistas à eficiência administrativa municipal em matéria de meio ambiente, inaugurando-se faculdade de delegação legislativa de municípios ao consórcio público.

Lembro-lhes que robusto julgado de nosso Supremo Tribunal Federal em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade já consagrou a **conveniência e oportunidade** da compatibilização da **eficiência administrativa** em matéria ambiental<sup>7</sup>, resguardada o princípio constitucional da proteção ao meio ambiente e do não retrocesso nesta temática.

Em nossa cognição, esta iniciativa, que detém como mérito a **possibilidade** de se delegar o poder de polícia ambiental municipal aos consórcios municipais afetos à matéria de meio ambiente, aperfeiçoará procedimentos ambientais municipais, sem qualquer prejuízo da higidez ambiental destes entes. Em verdade, institui-se reforço da construção ambiental dos municípios, **privilegiando-se o interesse local e o princípio constitucional da eficiência administrativa**. Por estas razões, clamo o apoio dos pares na aprovação deste projeto.

**DEPUTADO FELIPE RIGONI** 

**AUTOR** 



